



EM: 251 08 103

REGIA POPULA OTOCH DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Projeto de Resolução Nº 001013 Data 23/04/03
INTERESSADO: VER. CAPLOS MESENTA E OUTROS.
ASSUNTO: DISPOE SOBRE A TETBLINA LIVRE, ALTERNADO OS
DAS. 97 E 98 DO PRETUENTO TUNERIO, ACPESCENTINO-
LHES FACECUTES, UNLOCKENDO A PROTUTORETO FOR-
THE NO GODEL PECAZITATO.
resolução nº 1558 de 18 /06 / 63
DIOM Nº 12638 DE 04/08/03
ARQUIVO 91.08.03

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 14 - SEGUNDA-FEIRA

FORTALEZA, 04 DE AGOSTO DE 2003

EMLURB, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Ofício nº 388/03 - GS do dia 09 de julho de 2003, e em conformidade ao Decreto nº 7.952, de 30.01.1989. RESOLVE: I - Autorizar a liberação do empregado EDGAR PATRICIO DOS SANTOS, matrícula de nº 07.703, ocupante do cargo Motorista, para prestar serviços junto à Secretaria de Administração do Município - SAM, em caráter de disposição, com ônus para o Órgão de origem. II - Revogar as disposição, com ônus para o Órgão de origem. II - Revogar as disposições em contrário. Cientifíque-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, em 18 de julho de 2003. Carlos César Benevides Teixeira - PRESIDENTE. VISTO: Francisco José Pierre Barreto Lima - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 290/2003 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 0693/03, de 22.05.2003, e de conformidade com os arts. 12 e 13 do Decreto 7.810, de 05.08.1988. RESOLVE: I - Conceder ao empregado público FRANCISCO MARINHEIRO DOS SANTOS, titular da matrícula nº 07.366, ocupante do cargo Gari, Licença Especial durante o período de 02.06.2003 à 02.08.2003; e II - Revogar as disposições em contrário. Científique-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, em 18 de julho de 2003. Carlos César Benevides Teixeira - PRESIDENTE DA EMLURB, VISTO: Francisco José Pierre Barreto Lima - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA № 291/2003 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Ofício № 0978/03 - SER V do dia 02 de julho de 2003, e em conformidade ao Decreto № 7.952, de 30.01.1989. RESOLVE: I - Autorizar a liberação do empregado JOSÉ WILLYS DE QUEIROZ SILVA, matrícula de № 21.154, ocupante do cargo Gari, para prestar serviços junto ao Distrito do Meio Ambiente, no Setor do Pró-Fiscal - SER V, em caráter de disposição, com ônus para o Órgão de origem. II - Revogar as disposições em contrário. Cientifique-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, em 18 de julho de 2003. Carlos César Benevides Teixeira - PRESIDENTE. VISTO: Francisco José Pierre Barreto Lima - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

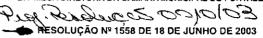
PORTARIA Nº 292/2003 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE: I - Conceder a Gratificação pela Prestação de Serviços Extraordinários, nos termos do artigo 1º item I do Decreto nº 10.943, de 20.03.1997, ao servidor abaixo:

SERVIDOR	MAT.	T. HORAS	MESES	CARGO	LOTAÇÃO
Antonio Milton			Set. a		
Rodrigues Passos	1.392	170	Dez./2003	Motorista	ura.

II - Revogar as disposições em contrário. Cientifique-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, em 24 de julho de 2003. Carlos César Benevides Teixeira - PRESIDENTE. VISTO: Francisco José Pierre Barreto Lima - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PODER LEGISLATIVO

"MATÉRIAS PUBLICADAS POR EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA"



Dispõe sobre a Tribuna Livre, alterando os arts. 97 e 98 do Regimento Interno, acrescentando-lhes parágrafos, valorizando a participação popular no Poder Legislativo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DE-CRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO: Art. 1º - Fica alterado o art. 97 do Regimento Interno, e nele e inserido parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 97 - Nas sessões ordinárias realizadas às quartas-feiras será acrescido, quinzenalmente, ao Grande Expediente, o mesmo tempo destinado ao pronunciamento dos vereadores a Tribuna Livre." Parágrafo Único - O momento reservado ao pronunciamento do orador que fizer uso da Tribuna Livre antecederá às intervenções dos vereadores inscritos". Art. 2º - Fica alterado o art. 98 do Regimento Interno, e nele são inseridos cinco parágrafos, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 98 - Na Tribuna Livre, poderão usar da palavra, por tempo improrrogável e sem apartes, representantes de entidades associativas formalmente constituídas ou pessoas residentes no município. § 1º - Ao orador que ocupar a Tribuna Livre deverão ser aplicadas as demais regras atinentes ao uso da palavra do vereador, devendo pronunciar-se com obediência aos princípios de urbanidade e respeito à soberania do Plenário, usando de linguagem moderada, de modo a não exceder a disciplina e a ética regular do comportamento legislativo. § 2º - A inobservância do disposto no § 1º deste artigo poderá ensejar a cassação da palavra por parte da Presidência, sem direito a recurso, vedando-se ao orador nova inscrição para uso da Tribuna Livre. § 3º - As inscrições para a Tribuna Livre deverão ser feitas junto à Ouvidoria da Câmara Municipal, que verificará os requisitos necessários, submetendo-as ao conhecimento da Mesa Diretora para o agendamento da respectiva data, respeitada a ordem de inscrição. § 4º - No momento da inscrição, o orador selecionado apresentará um resumo escrito do assunto objeto do pronunciamento, e na hipótese de denúncia de irrequiaridades, os indícios ou evidência que a fundamentam. § 5º - O mesmo orador fará uso da Tribuna Livre por, no máximo, 2 (duas) vezes em cada sessão legislativa." Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário. PACO MUNICIPAL JOSÉ BAR-ROS DE ALENCAR, em 18 de junho de 2003. Carlos Alberto Gomes Mesquita - PRESIDENTE.

ATO № 00386/2003 - O PRESIDENTE DA CÂ-MARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 30-II da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, de 05.04.90. RESOLVE: Exonerar, a pedido, o Sr. UBIRATAN DA COSTA ANDRADE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, símbolo DAL-1. PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 30 de junho de 2003. Carlos Alberto Gomes Mesquita - PRESIDENTE.



RESOLUÇÃO Nº 1558 DE 18 DE JUNHO DE 2003.

Dispõe sobre a Tribuna Livre, alterando os arts. 97 e 98 do Regimento Interno, acrescentando-lhes parágrafos, valorizando a participação popular no Poder Legislativo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

- **Art. 1º** Fica alterado o art. 97 do Regimento Interno, e nele é inserido parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 97. Nas sessões ordinárias realizadas às quartas-feiras será acrescido, quinzenalmente, ao Grande Expediente, o mesmo tempo destinado ao pronunciamento dos vereadores à Tribuna Livre."

Parágrafo único. O momento reservado ao pronunciamento do orador que fizer uso da Tribuna Livre antecederá às intervenções dos vereadores inscritos."

- **Art. 2º** Fica alterado o art. 98 do Regimento Interno, e nele são inseridos cinco parágrafos, passando a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 98. Na Tribuna Livre, poderão usar da palavra, por tempo improrrogável e sem apartes, representantes de entidades associativas formalmente constituídas ou pessoas residentes no município.
 - § 1º Ao orador que ocupar a Tribuna Livre deverão ser aplicadas as demais regras atinentes ao uso da palavra do vereador, devendo pronunciar-se com obediência aos princípios de urbanidade e respeito à soberania do Plenário, usando de linguagem moderada, de modo a não exceder a disciplina e a ética regular do comportamento legislativo.
 - § 2º A inobservância do disposto no § 1º deste artigo poderá ensejar a cassação da palavra por parte da Presidência, sem direito a recurso, vedando-se ao orador nova inscrição para uso da Tribuna Livre.



- § 3º As inscrições para a Tribuna Livre deverão ser feitas junto à Ouvidoria da Câmara Municipal, que verificará os requisitos necessários, submetendo-as ao conhecimento da Mesa Diretora para o agendamento da respectiva data, respeitada a ordem de inscrição.
- § 4º No momento da inscrição, o orador selecionado apresentará um resumo escrito do assunto objeto do pronunciamento, e na hipótese de denúncia de irregularidades, os indícios ou evidência que a fundamentam.
- § 5º O mesmo orador fará uso da Tribuna Livre por, no máximo, 2 (duas) vezes em cada sessão legislativa."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Barros de Alencar em 🐰 de Tonte de 2003.

CARLOS ALBERTO GOMES MESQUITA
PRESIDENTE



Independência e harmonia



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO ISTIÇA E REDAÇÃO FINAL 2 9 ABR 2003	Z Z Z
Presidente PROJETO DE RESOLUÇÃO Aprovado em 1 Discussão Em 3 JUN 203	NOON /2003 Em 0,4 JUN 2003
Aprovado em Zº. Liscussae	Dispõe sobre a Tribuna Livre, alterando os arts. 97 e 98 -acrescentando-lhe parágrafos - do Regimento Interno, valorizando a participação popular no

<u>JUN/ **29**03</u>

Presidente

seguinte redação:

Artigo 1°. O art. 97 do regimento interno passa a vigorar com a

Poder Legislativo.

"art.97. Nas sessões ordinárias realizadas às quartas-feiras será acrescido quinzenalmente ao Grande Expediente o mesmo tempo destinado ao pronunciamento dos vereadores à Tribuna Livre.

Parágrafo Único- O momento reservado ao pronunciamento do orador que fizer uso da Tribuna Livre antecederá às intervenções dos vereadores inscritos.

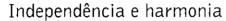
Artigo 2°. O artigo 98 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescida dos parágrafos 1°, 2°, 3° e 4°:

"art.98. Na Tribuna Livre, poderão usar da palavra, por tempo improrrogável e sem apartes, representantes de entidades associativas formalmente constituídas ou pessoas residentes no município.

- § 1° Ao orador que ocupar a Tribuna Livre deverão ser aplicadas as demais regras atinentes ao uso da palavra pelo vereador, devendo pronunciar-se com obediência aos princípios de urbanidade e respeito à soberania do plenário, usando de linguagem moderada de modo a não exceder a disciplina e a ética regular do comportamento legislativo.
- § 2° A inobservância do disposto no parágrafo anterior poderá ensejar, a cassação da palavra por parte da presidência, sem direito a recurso, vedando-se ao orador nova inscrição para uso da Tribuna Livre.
- § 3° As inscrições para a Tribuna Livre deverão ser feitas junto à Ouvidoria da Câmara, que verificará os requisitos necessários, submetendo-as ao de inscrição.

20MODIA	r
COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL	<i>i</i>
Presidente da Comissão encaminha o Prejeto	COMISSÃO DE begnerados
le Lei no	The second
	DENGNO D VEREADOR
denica	1 3.5 (12) (1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
of the state of th	Em 05,05 BALATOR
F pa	Em 05,05 1071100 CLATOR
CIR//	Product







§ 4° - No momento da inscrição, o orador selecionado apresentará um resumo escrito do assunto objeto do pronunciamento e na hipótese de denúncia de irregularidades, os indícios ou evidência que a fundamentam.

§ 5° - O mesmo orador fará uso da Tribuna Livre por no máximo duas vezes em cada sessão legislativa.

Artigo 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal em 3 de Alvil de 2003

CARLOS MESQUITA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

DURVAL FERRAZ

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

JUSTIFICATIVA

O princípio da participação direta da população como forma de exercício da soberania popular, inscrito na Constituição Federal de 1988, tem-se constituído numa das suas principais inovações e, com o passar dos anos, tem permitido ampliar o número de experiências, quase sempre muito originais, de crescente democratização na elaboração de políticas públicas, além de trazer valioso enriquecimento da consciência de cidadania de nossa população.

Em coerência com esta perspectiva, o Regimento Interno da Câmara Municipal previu o instituto da Tribuna Livre. Apesar disso, este dispositivo nunca foi realmente implementado.

Nossa intenção é viabilizar tal instrumento para facilitar e valorizar a expressão livre dos cidadãos no Plenário desta Casa Legislativa.

CARLOS MESOUITA

DURVAL FERRAX

deleventeit 9. Myes TOPR



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

OMNISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 0010/2003.

A PROVADO EM 12, ON 2003 Dispõe sobre a Tribuna Livre, alterando os arts. 97 e 98 do Regimento Interno, acrescentando-lhes parágrafos, valorizando a participação popular no Poder Legislativo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o art. 97 do Regimento Interno, e nele é inserido parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 97. Nas sessões ordinárias realizadas às quartas-feiras será acrescido, quinzenalmente, ao Grande Expediente, o mesmo tempo destinado ao pronunciamento dos vereadores à Tribuna Livre."

Parágrafo único. O momento reservado ao pronunciamento do orador que fizer uso da Tribuna Livre antecederá às intervenções dos vereadores inscritos."

- Art. 2º Fica alterado o art. 98 do Regimento Interno, e nele são inseridos cinco parágrafos, passando a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 98. Na Tribuna Livre, poderão usar da palavra, por tempo improrrogável e sem apartes, representantes de entidades associativas formalmente constituídas ou pessoas residentes no município.
 - § 1º Ao orador que ocupar a Tribuna Livre deverão ser aplicadas as demais regras atinentes ao uso da palavra do vereador, devendo pronunciar-se com obediência aos princípios de urbanidade e respeito à soberania do Plenário, usando de linguagem moderada, de modo a não exceder a disciplina e a ética regular do comportamento legislativo.
 - § 2º A inobservância do disposto no § 1º deste artigo poderá ensejar a cassação da palavra por parte da Presidência, sem direito a recurso, vedando-se ao orador nova inscrição para uso da Tribuna Livre.

- § 3º As inscrições para a Tribuna Livre deverão ser feitas junto à Ouvidoria da Câmara Municipal, que verificará os requisitos necessários, submetendo-as ao conhecimento da Mesa Diretora para o agendamento da respectiva data, respeitada a ordem de inscrição.
- § 4º No momento da inscrição, o orador selecionado apresentará um resumo escrito do assunto objeto do pronunciamento, e na hipótese de denúncia de irregularidades, os indícios ou evidência que a fundamentam.
- § 5º O mesmo orador fará uso da Tribuna Livre por, no máximo, 2 (duas) vezes em cada sessão legislativa."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM DE DE 2003.

Presidente





OFÍCIO Nº 1823 /03 - DIEXP

Fortaleza, 5 de agosto de 2003.

Prezado Senhor,

Encaminhamos a V. Sa., para republicar por incorreção a RESOLUÇÃO № 1558 de 18 de junho de 2003, que "DISPÕE SOBRE A TRIBUNA LIVRE, ALTERANDO OS ARTS. 97 E 98 DO REGIMENTO INTERNO, ACRESCENTANDO-LHES PARÁGRAFOS, VALORIZANDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER LEGISLATIVO".

Atenciosamente,

Vereador Carlos Alberto Gomes Mesquita Presidente

Ao Senhor Benedito César Brauna Martins Diretor do Diário Oficial do Município Nesta